

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

Ano lectivo de 2014/2015

DIREITO PENAL II

Regente: Prof. Doutor Augusto Silva Dias

PROGRAMA

TEORIA GERAL DO CRIME

I. Introdução

1. Conceito sociológico, antropológico e jurídico de crime.
2. A teoria geral ou dogmática do crime: validade e funções – função hermenêutica, função atributiva, função de realização da justiça punitiva. Exemplificação prática.
3. Evolução histórica da dogmática do crime.

II. O crime doloso, consumado, praticado por um só autor

1. O facto típico.

1.1. O conceito de acção típica.

1.1.1. O conceito de acção na história da dogmática penal: a disputa entre um conceito ontológico e um conceito normativo de acção. Crítica e tomada de posição.

1.1.2. O conceito significativo de acção: entre o factor bio-psíquico e o sentido corrente.

1.1.3. As funções dogmáticas do conceito significativo de acção.

1.1.4. Acção e omissão como objecto possível das normas penais.

1.2. O tipo incriminador.

1.2.1. As várias acepções da palavra «tipo» e sua relevância dogmática: tipo indiciador; tipo de ilícito; tipo de culpa; tipo de erro; tipo de garantia.

1.2.2. Os elementos do tipo legal - taxonomias correntes: elementos descritivos e elementos normativos - crítica da distinção; elementos objectivos e elementos subjectivos.

1.2.3. Classificação dos tipos legais segundo os elementos objectivos comuns:

a) Segundo o agente: crimes gerais ou comuns; crimes específicos (próprios e impróprios); crimes de mão própria. Caracterização dos agentes: autores e participantes - critérios de distinção.

b) Segundo a existência ou não de um evento espacial e temporalmente separado da acção: crimes de mera actividade e crimes de resultado;

d) Segundo o dano causado ao bem jurídico protegido: crimes de perigo (abstracto, abstracto-concreto e concreto) e crimes de lesão;

e) Segundo a duração da consumação: crimes instantâneos e crimes permanentes. A distinção entre consumação e termo do facto típico;

f) Segundo o modo de formação: crimes «sui generis», crimes qualificados e crimes privilegiados;

c) Segundo a estrutura do comportamento: crimes de acção e crimes de omissão. Casos-limite de diferenciação entre acção e omissão: a interrupção de acções de salvamento. A distinção entre omissão própria e comissão por omissão.

1.2.4. A posição de garante como elemento dos tipos comissivos por omissão (artº10 nº2 do CP): fontes da posição de garante; fontes formais e fontes materiais. Posição de garante e dever especial de agir.

1.2.5. Causalidade e imputação objectiva como elementos não escritos dos crimes de resultado.

a) Teorias da causalidade: a teoria da equivalência das condições ou da «conditio sine qua non»; crítica.

b) Nexo causal e nexos de imputação objectiva: noção de causalidade e critérios normativos de imputação.

c) Especificidades da imputação objectiva nos crimes de comissão por omissão.

1.2.6. O tipo subjectivo.

- a) O dolo como elemento subjectivo geral dos tipos (art.13º do CP).
- b) Intencionalidade e dolo.
 - i) Elementos do dolo.
 - ii) Modalidades do dolo: o problema da distinção entre dolo eventual e negligência consciente; teorias da probabilidade e teorias da aceitação; apreciação crítica e solução à luz dos arts.14 nº3 e 15 al.a) do CP.
- c) O erro sobre os elementos objectivos do tipo (artº16 nº1, primeira parte do CP). Constelações:
 - i) O erro sobre o objecto da acção e o erro sobre a identidade da vítima.
 - ii) O erro na execução.
 - iii) O erro sobre o processo causal.
 - iv) O erro de subsunção e sua irrelevância.
 - v) O erro sobre a posição de garante nos crimes de comissão por omissão.
 - vi) O erro sobre proibições formais que se mostram razoavelmente indispensáveis para aceder ao problema da ilicitude do facto - remissão.
- d) Os elementos subjectivos específicos.

1.2.7. Os crimes agravados pelo resultado e a chamada preterintencionalidade (artº18 do CP).

1.2.8. A exclusão da tipicidade.

- a) O risco permitido e a adequação social das acções.
- b) O consentimento do ofendido.

2. O facto ilícito: as causas de justificação.

2.1. Tipicidade e exclusão da ilicitude (ou justificação) do facto.

2.3. Fundamentos e princípios da exclusão da ilicitude.

2.4. Causas de justificação gerais e causas de justificação especiais (próprias ou impróprias).

- a) A legítima defesa (artº32 do CP);
- b) O direito de necessidade (artº34 do CP);
- c) O conflito de deveres (artº 36 nº1 do CP);
- d) A obediência hierárquica (artº36 nº2 do CP);
- e) O consentimento presumido (artº39 do CP);

f) Outras causas de exclusão da ilicitude: o chamado estado de necessidade defensivo; a acção directa; o exercício de um direito – os direitos ou liberdades religiosa, cultural e de consciência.

2.5. Os elementos subjectivos das causas de justificação: alcance do artº38 nº 4 do CP.

2.6. O erro sobre os pressupostos objectivos de uma causa de justificação (artº16 nº2 do CP) e sua distinção do erro sobre a existência ou os limites de uma causa de justificação (remissão para o artº17).

2.7. Particularidades de algumas causas de exclusão da ilicitude nos crimes omissivos.

3. O facto culposo.

3.1. Princípio da culpa, culpa como categoria dogmática e culpa como critério de medida da pena.

3.2. A culpa como teoria do sujeito penalmente responsável. Dignidade da pessoa, direito à liberdade, lealdade comunicativa, vulnerabilidade humana, co-responsabilidade da sociedade. Culpa e desculpa.

3.3. Aferição da culpa: exigências normativas e exigências de individualização; o critério do tipo social do agente.

3.4. Teorias psicológica, normativa e funcional da culpa: apreciação crítica.

3.5. Elementos da culpa jurídico-penal.

3.5.1. A capacidade de culpa ou imputabilidade.

3.5.2. A consciência da ilicitude.

3.5.3. A exigibilidade de um comportamento conforme ao Direito.

3.6. Causas de exclusão da culpa e causas de desculpa.

3.6.1. A inimputabilidade (arts. 19 e 20 do CP): inimputabilidade em razão da idade e em razão de anomalia psíquica. A «*actio libera in causa*» (artº20 nº4 do CP).

3.6.2. A falta de consciência da ilicitude (art.17º do CP).

- a) O erro sobre a ilicitude (artº17) e sua distinção do erro sobre as proibições formais do artº 16 nº1 parte final - sentido actual da distinção clássica entre «*delicta in se*» e «*delicta mere prohibita*».
- b) O erro sobre a ilicitude e o erro sobre a licitude (ou sobre a existência ou limites de uma causa de justificação).
- c) Censurabilidade do erro sobre a (i)licitude.
- d) O chamado «criminoso por convicção»: história e sentido actual da figura.

3.6.3. O excesso de legítima defesa desculpante (artº33 nº2 do CP).

3.6.4. O estado de necessidade desculpante (artº35 do CP).

3.6.5. A obediência indevida desculpante (artº 37 do CP).

3.7. O erro sobre os pressupostos objectivos de uma causa de desculpa (artº16 nº2 do CP): apreciação crítica.

4. O facto punível (em sentido estrito).

4.1. Fundamento da autonomização da categoria da punibilidade: exigências fragmentárias de necessidade da pena. Elementos da punibilidade.

4.2. As condições de punibilidade.

4.2.1. Distinção entre condição de punibilidade e resultado típico.

4.2.2. Condições objectivas e condições mistas.

4.2.4. Condições negativas e condições positivas.

4.3. A exclusão da punibilidade

4.3.1. Causas de exclusão da pena.

4.3.2. Causas de isenção da pena gerais e especiais.

4.4. O problema da relevância da consciência da punibilidade.

III. As formas imperfeitas do crime doloso

1. O crime tentado

1.1. Fundamento da punibilidade do facto tentado.

1.2. O «iter criminis»: resolução criminosa, actos preparatórios, actos de execução, consumação. A distinção entre actos preparatórios e actos de execução como pressuposto do limiar geral da punibilidade (o artº22 do CP).

1.3. Os elementos do facto tentado: tentativa inacabada e tentativa acabada. Tentativa e crimes de perigo.

1.4. A tentativa no crime de comissão por omissão: início e termo da execução.

1.5. Tentativa impossível, tentativa irreal ou supersticiosa e crime putativo. Conceito e fundamento da punibilidade da tentativa impossível (artº23 nº3 do CP).

1.6. A desistência e seu regime jurídico.

1.6.1. Requisitos e efeitos da desistência: a desistência como causa de isenção da pena.

1.6.2. Delimitação das diversas situações de desistência do artº24 ns.1 e 2.

1.6.3. Casos especiais de desistência: a desistência de actos preparatórios; a desistência da tentativa impossível; a desistência nos crimes permanentes; a desistência nos crimes omissivos.

2. A comparticipação criminosa (retoma e desenvolvimento de II.1.2.3.a.)

2.1. Autoria e participação: critérios objectivos e subjectivos de distinção; o domínio do facto e respectivas modalidades.

2.2. Formas de autoria: autoria singular; co-autoria; autoria mediata (artº26 do CP). O problema da autoria no seio de organizações complexas desvinculadas e não desvinculadas do Direito: o critério do domínio da organização para a execução do facto típico.

2.3. A participação.

2.3.1. Fundamento da punibilidade do participante: teorias da acessoriedade mínima, limitada e extrema (art.29º do CP).

2.3.2. As formas de participação.

a) A instigação (artº26 in fine do CP): forma de participação punida como autoria.

b) A cumplicidade (artº27 do CP).

2.3.3. Acessoriedade externa e interna.

2.3.4. Participação tentada e participação na tentativa.

2.3.5. Participação por omissão e participação na omissão.

2.4. A ilicitude na comparticipação: o problema da comunicabilidade das qualidades ou relações especiais do agente que fundamentam ou agravam a ilicitude (artº28 do CP). Culpa na comparticipação (art.29º do CP).

2.5. O erro sobre o papel do comparticipante: proposta de solução.

2.6. O concurso entre várias formas de comparticipação no mesmo facto.

IV. O crime negligente

1. Fundamento de punibilidade do comportamento negligentes.

2. O facto típico negligente.

2.1. A violação objectiva de um dever de cuidado. Espécies de negligência: negligência consciente e inconsciente (artº15 do CP). Graus de negligência: negligência simples e negligência grosseira.

2.2. A capacidade do agente para cumprir o dever.

2.3. A imputação objectiva nos crimes negligentes de resultado - remissão.

3. O facto ilícito negligente.

3.1. Desvalor da acção e desvalor do resultado.

3.2. Particularidades das causas de exclusão da ilicitude: a dispensa do elemento subjectivo.

5. O facto culposo negligente.

5.1. O problema da consciência da ilicitude no facto negligente.

5.2. Causas de exclusão da culpa e causas de desculpa: especificidades.

6. A comparticipação no crime negligente: co-autoria e autoria mediata - apreciação crítica.

V. Concurso de crimes

1. Distinção entre o concurso aparente e o concurso de crimes: a precedência lógica do primeiro.
2. O concurso de crimes: noção e regime jurídico (arts. 30 n.º1, 77 e 78 do CP).
3. A pena do concurso de crimes.
4. O crime continuado: unidade natural e unidade jurídica de acção. Elementos do crime continuado (art.º30 ns. 2 e 3). Punibilidade do crime continuado (art.º79).

BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL

I. BIBLIOGRAFIA PORTUGUESA

1. Manuais e Lições

CAVALEIRO DE FERREIRA, Manuel, *Direito Penal Português - Parte Geral*, ed. Verbo, Lisboa, vol. I, 1981, vol. II, 1982

CAVALEIRO DE FERREIRA, Manuel, , *Lições de Direito Penal - Parte Geral* , I, ed. Verbo, Lisboa, 1992

CORREIA, Eduardo, *Direito Criminal*, 2 vols., ed. Almedina, Coimbra, 1971

FARIA COSTA, José, *Noções fundamentais de Direito Penal*, 3ª ed., Coimbra Editora, 2012

FIGUEIREDO DIAS, Jorge, *Direito Penal, Parte Geral, I*, 2ª ed., Coimbra Editora, 2007

MARQUES DA SILVA, Germano, *Direito Penal Português - teoria do crime*, ed. Universidade Católica, 2012

PALMA, Maria Fernanda, *Direito Penal - Parte Geral*, ed. AAFDL, Lisboa, 1994 (incomp.)

PALMA, Maria Fernanda, *Direito Penal - Parte Geral*, vol. II, ed. AAFDL, Lisboa, 2001 (incomp.)

PALMA, Maria Fernanda, *Direito Penal - Parte Geral: a teoria geral da infracção como teoria da decisão penal*, ed. AAFDL, 2013

TAIPA DE CARVALHO, Américo, *Direito Penal, Parte Geral*, Coimbra Editora, 2008

2. Monografias

ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de, *Introdução à actual discussão sobre o problema da culpa em Direito Penal*, ed. Almedina, Coimbra, 1994

ALMEIDA, Carlota Pizarro de, *Modelos de inimputabilidade: da teoria à prática*, ed. Almedina, Coimbra, 2000

ANTUNES, Maria João, *O internamento de imputáveis em estabelecimentos destinados a inimputáveis*, Coimbra Editora, 1993

ANTUNES, Maria João, *Medida de segurança de internamento e facto de inimputável em razão de anomalia psíquica*, Coimbra Editora, 2003

BELEZA, Teresa/PINTO, Frederico da Costa, *O regime legal do erro e as normas penais em branco*, ed. Almedina, Coimbra, 1999

BRITO, Teresa Quintela de, *O direito de necessidade e a legítima defesa no Código Civil e no Código Penal*, ed. Lex, Lisboa, 1994

BRITO, Teresa Quintela de, *A tentativa nos crimes comissivos por omissão: um problema de delimitação da conduta típica*, Coimbra Editora, 2000

CORREIA, Eduardo, *A teoria do concurso em Direito Penal*, ed. Almedina, Coimbra, 1983 (reimp.)

COSTA, Inês Almeida, *A chamada tentativa inidónea por inaptidão do sujeito no contexto global do problema da tentativa em Direito Penal*, ed. Almedina, 2014

COSTA ANDRADE, Manuel da, *Consentimento e acordo em Direito Penal*, Coimbra Editora, 1991

COSTA PINTO, Frederico da, *A relevância da desistência em situações de comparticipação*, ed. Almedina, Coimbra, 1992

COSTA PINTO, Frederico, *A categoria da punibilidade na teoria do crime*, 2 vols., ed. Almedina, 2013

CUNHA, Maria da Conceição, *Vida contra vida: conflitos existenciais e limites do Direito Penal*, Coimbra Editora, 2009

CURADO NEVES, João, *Comportamento lícito alternativo e concurso de riscos*, ed. AAFDL, Lisboa, 1989

CURADO NEVES, João, *A problemática da culpa nos crimes passionais*, Coimbra Editora, 2008

DÁ MESQUITA, Paulo, *O concurso de penas*, Coimbra Editora, 1997

FARIA COSTA, José, *O perigo em Direito Penal*, ed. Almedina, Coimbra, 1992

FIGUEIREDO DIAS, Jorge, *O problema da consciência da ilicitude em Direito Penal*, 3ª ed., Coimbra Editora, 1987

FIGUEIREDO DIAS, Jorge, *Liberdade, culpa, Direito Penal*, 3ª ed., Coimbra Editora, 1987

FIGUEIREDO DIAS, Jorge, *Temas básicos da doutrina penal: sobre os fundamentos da doutrina penal sobre a doutrina geral do crime*, Coimbra Editora, 2001

FONSECA, Jorge Carlos, *Crimes de empreendimento e tentativa*, ed. Almedina, Coimbra, 1986

GOMES, Júlio, *A desistência da tentativa - novas e velhas questões*, Ed. Notícias, Lisboa, 1993

MACHADO, Miguel, *Circunstâncias das infracções e sistema do Direito Penal Português*, Lisboa, 1989

MONIZ, Helena, *Agravação pelo resultado? Contributo para uma autonomização dogmática do crime agravado pelo resultado*, Coimbra Editora, 2009

MONTEIRO, Cristina Líbano, *Perigosidade de inimputáveis e «in dubio pro reo»*, Coimbra Editora, 1997

MONTEIRO, Henrique Salinas, *A comparticipação em crimes especiais no Código Penal*, ed. Univ. Católica, 1999

MORÃO, Helena, *Da instigação em cadeia*, Coimbra Ed., Coimbra, 2006

MORÃO, Helena, *Autoria e execução comparticipadas*, ed. Almedina, 2014

MOURA, Bruno, *A não-punibilidade do excesso na legítima defesa*, Coimbra Editora, 2013

- PALMA, Maria Fernanda, *Justificação por legítima defesa como problema de delimitação de direitos*, 2 vols., ed. AAFDL, Lisboa, 1990
- PALMA, Maria Fernanda, *O princípio da desculpa em Direito Penal*, ed. Almedina, 2005
- PALMA/ALMEIDA/VILALONGA (Coords.), *Casos e materiais de Direito Penal*, ed. Almedina, Coimbra, 2000
- RODRIGUES, Anabela, *A determinação da medida da pena privativa da liberdade*, Coimbra Editora, 1995
- RODRIGUES, Marta, *A teoria penal da omissão e a revisão crítica de Jakobs*, ed. Almedina, Coimbra, 2000
- SERRA, Teresa, *Problemática do erro sobre a ilicitude*, ed. Almedina, Coimbra, 1985
- SILVA DIAS, Augusto, *A relevância jurídico-penal das decisões de consciência*, ed. Almedina, Coimbra, 1986
- SILVA DIAS, Augusto, «*Delicta in se*» e *delicta mere prohibita*», Coimbra Editora, 2008
- SILVA DIAS, Augusto, *Ramos emergentes do Direito Penal relacionados com a protecção do futuro*, Coimbra Editora, 2008
- SILVA PEREIRA, Margarida, *Nexo de acessoriedade entre autoria e participação?*, Lisboa, 1993
- SOUSA MENDES, Paulo de, *O torto intrinsecamente culposos como condição necessária da imputação da pena*, Coimbra Editora, 2007
- TAIPA DE CARVALHO, Américo, *A legítima defesa*, Coimbra Editora, 1995
- VALDÁGUA, Maria da Conceição, *Início da tentativa do co-autor*, ed. Danúbio, Lisboa, 1986
- VELOSO, José António, *Erro em Direito Penal*, ed. AAFDL, Lisboa, 1993.

II. BIBLIOGRAFIA ESTRANGEIRA

1. Espanha

- CUELLO CONTRERAS/MAPELLI CAFFARENA, *Curso de Derecho Penal - Parte General*, ed. Tecnos, 2011
- DIEZ RIPOLLÉS, José Luís, *Derecho Penal - Parte General*, 3ª ed., ed. Tirant lo Blanc, 2011
- DIEZ RIPOLLÉS, José Luís, *Politica Criminal y Derecho Penal*, 2ª ed., ed. Tirant lo Blanc, 2013
- GARCIA-PABLOS, António, *Introducción al Derecho Penal*, 4ª ed., ed. Ramon Areces, 2006
- LUZÓN PEÑA, Diego, *Lecciones de Derecho Penal - Parte General*, 2ª ed., ed. Tirant lo Blanc, 2012
- MIR PUIG, Santiago, *Derecho Penal - Parte General*, 9ª ed., ed. Reppertor, 2011
- MUÑOZ CONDE/GARCIA ARAN, *Derecho Penal - Parte General*, 8ª ed., ed. Tirant lo Blanc, 2010

2. Itália

- BETTIOL, Giuseppe, *Direito Penal - Parte Geral*, 4 vols., Coimbra Editora, 1970
- CADOPPI/VENEZIANI, *Elementi di Diritto Penale - Parte Generale*, 5ª ed., ed. Cedam, Padova, 2012
- DONINI, Massimo, *Teoria del reato: una Introduzione*, ed. Cedam, Padova, 1996
- MANTOVANI, Ferrando, *Diritto Penale - Parte Generale*, 7ª ed., ed. Cedam, Padova, 2011
- MARINUCCI/DOLCINI, *Manuale di Diritto Penale - Parte Generale*, 4ª ed., ed. Giuffrè, Milano, 2012
- PADOVANI, Tullio, *Diritto Penale*, 10ª ed., ed. Giuffrè, Milano, 2012
- PULITANÒ, Domenico, *Diritto Penale*, 4ª ed., ed. Giappichelli, Torino, 2011

3. RFA

- ESER/BURKHARDT, *Derecho Penal - Cuestiones fundamentales de la teoria del delito sobre la base de casos de sentencias*, ed. Colex, Madrid, 1995
- HASSEMER, Winfried, *Einführung in die Grundlagen des Strafrechts*, 2ª ed., ed. Beck, München, 1990 (trad. cast. da 1ª ed., *Fundamentos del Derecho Penal*, ed. Bosch, Barcelona, 1984)
- JAKOBS, Günther, *Strafrecht - AT*, 2ª ed., ed. de Gruyter, 1993 (trad. cast. *Derecho Penal - Parte General*, ed. Pons, Madrid, 1997)
- JESCHECK/WEIGEND, *Lehrbuch des Strafrechts - AT*, 5ª ed., ed. Duncker & Humblot, Berlin, 1996 (trad. cast. da 3ª ed. (1981), da 4ª ed. (1993) e da 5ª ed. (2003))
- KÜHL, Kristian, *Strafrecht, AT*, 7ª ed., ed. Vahlen, 2012
- MAURACH/ZIPF, *Strafrecht, AT*, 1, 8ª ed., ed. C.F. Müller, Heidelberg, 1992 (trad. cast. da 7ª ed., *Derecho Penal - Parte General*, 1, ed. Astrea, Buenos Aires, 1994)
- MAURACH/GÖSSEL/ZIPF, *Strafrecht, AT*, 2, 8ª ed., ed. C.F. Müller, Heidelberg, 2008
- MEZGER, Edmund, *Strafrecht - Ein Lehrbuch*, 3ª ed., Berlin und München, 1949 (trad. cast. da 2ª ed., *Tratado de Derecho Penal*, vols., ed. RDP, Madrid, 1946)
- ROXIN, Claus, *Problemas fundamentais do Direito Penal*, ed. Vega, Lisboa, 1986
- ROXIN, Claus, *Strafrecht - AT*, Bd.I, 4ª ed., ed. Beck, München, 2003 (trad. cast. da 2ª ed., *Derecho Penal - Parte General*, t.I, ed. Civitas, Madrid, 1997)
- ROXIN, Claus, *Strafrecht, AT*, Bd.II, ed. Beck, München, 2003 (trad. cast., *Derecho Penal - Parte General*, t.II, ed. Civitas, Madrid, 2014)
- ROXIN/ARZT/TIEDEMANN, *Einführung in das Strafrecht und Strafprozessrecht*, 5ª ed., ed. C.F. Müller, Heidelberg, 2006 (trad. cast. da 1ª ed., *Introducción al Derecho Penal y al Derecho Penal Procesal*, ed. Ariel, Barcelona, 1989)

STRATENWERTH/KUHLEN, *Strafrecht – AT: Die Straftat*, 6ª ed., ed. Vahlen, 2011 (trad. cast., da 4ª ed., *Derecho Penal, Parte General*, 1, ed. Thomson-Civitas, Madrid, 2005)

WELZEL, Hans, *Das Deutsche Strafrecht*, 11ª ed., ed. de Gruyter, 1969 (trad. cast. *Derecho Penal Aleman - Parte General*, Chile, 1970)

WESSELS/BEULKE, *Strafrecht – AT*, 42ª ed., ed. CF Müller, 2012